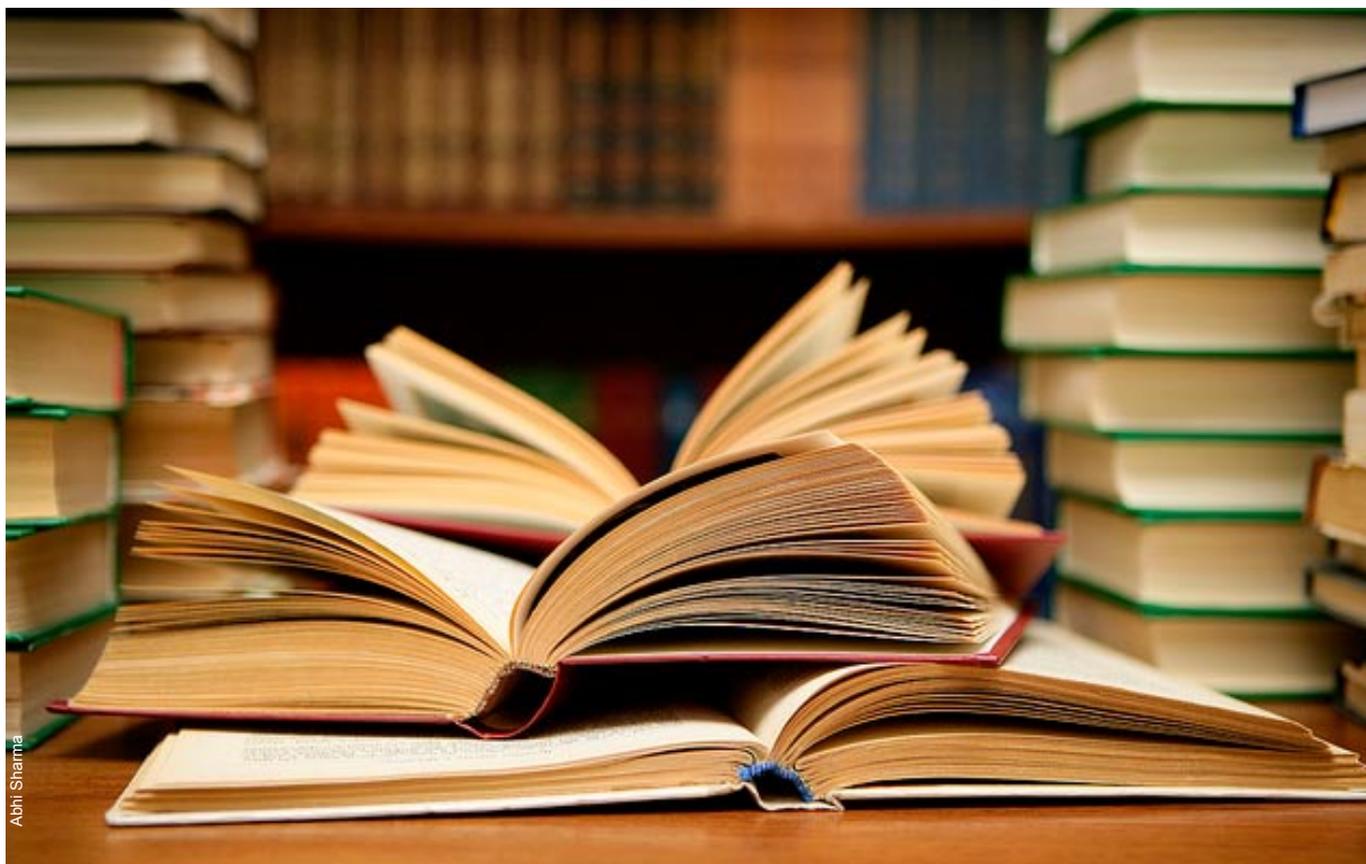


Cidadania, renovados desafios

Jacinto Serrãoⁱ - Observatório de Educação da Região Autónoma da Madeira e Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento da Universidade Lusófona



Introdução

A Educação para a Cidadania (EC), entendida como área interdisciplinar e transversal aos diversos ciclos e disciplinas e à comunidade, é uma área central ao currículo escolar, garante sucesso educativo e proporciona uma formação holística dos cidadãos, consubstanciada no princípio da dignidade humana, na cultura democrática e na ética dos Direitos Humanos. A EC deixa, assim, marcas indeléveis no percurso de ensino e de aprendizagem das crianças e dos jovens e condiciona os percursos completos de vida dos cidadãos e das comunidades.

A cidadania, subsumida nas necessidades de relacionamento, supõe uma educação que ultrapassa os muros das escolas, convoca as famílias e todas as estruturas comunitárias, onde educar para a cidadania é construir futuro para a

plena realização individual e coletiva dos cidadãos, sendo que a realização de um indivíduo não deve tirar realização ao(s) outro(s).

Hoje, mais do que nunca, a EC corresponde a um exigente desafio para as escolas e especialmente para os docentes. Requer práticas condizentes com o acelerado fenómeno da globalização e da sociedade de informação de modo a gerar, segundo a pedagogia de Carl Rogers e seus epígonos, um ambiente relacional humano, melhorar as aprendizagens significativas dos alunos e potenciar o seu crescimento pessoal e social.

A cidadania é meta do sistema educativo, cujo processo exige mais do que a sua prescrição normativa ou declarativa, exige visão e vontade política, investimento e envolvimento de todos os agentes educativos, com destaque para o papel determinante das escolas e dos docentes.



Como desígnio da política educativa, o Programa de Governo faz referência ao sucesso do sistema educativo, no qual a autonomia das escolas e a ação dos docentes assumem um peso preponderante na criação de contextos de aprendizagem ajustados às especificidades dos alunos e da comunidade em geral. Referências que têm como objeto a formação global das crianças e dos jovens, onde sobressai a cidadania nas suas diversas dimensões, enquanto princípio de construção identitária e integradora de um conjunto de valores estruturantes para a formação de cidadãos responsáveis, autónomos e solidários, exercendo os seus direitos de cidadania na base de uma consciência crítica (Despacho n.º 332/2015, de 9 de julho). Também, o Observatório de Educação da Região Autónoma da Madeira (OERAM), unidade orgânica nuclear da Direção Regional de Inovação e Gestão (DRIG), está a desenvolver estudos sobre a EC e os Projetos Escolares (PE), tendo em vista a qualidade do sistema e das práticas educativas. Assim, procurando responder ao repto para a elaboração do presente artigo, conjugamos Educação para a Cidadania e Projetos Escolares.

Desafios e Oportunidades

A Educação para a Cidadania, nos últimos tempos, tornou-se num tema quase obrigatório em debates no campo pedagógico e entre um público mais vasto ligado à Escola, mas existem alguns “riscos decorrentes do facto da Educação para a Cidadania estar na moda”, podendo “facilmente conduzir à sua banalização, transformando-a num lugar-comum esvaziado de sentido” (Carvalho, Sousa, & Pintassilgo, 2005, p. 5). Além disso, as diferentes perspetivas de EC e as suas dificuldades de interpretação e de implementação, devido à natureza polissémica do conceito, têm suscitado problemas que carecem de aprofundamento do ponto de vista científico, tais como o fosso entre o currículo prescrito e a prática dos docentes e a falta de significado nas aprendizagens na área da cidadania.

Organizações internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO), Organização

Internacional do Trabalho (OIT), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), União Europeia (UE) e Conselho da Europa (CoE), entre muitas outras de cariz nacional e local, têm dinamizado iniciativas em diversificados fóruns de intervenção, onde a cidadania tem sido considerada como uma área determinante para garantir a qualidade do processo de ensino e de aprendizagem e o sucesso do sistema escolar. Não obstante a visão crítica sobre as reais intencionalidades de certas organizações internacionais, a crescente valorização da EC nos sistemas educativos, particularmente nas culturas democráticas, tem sido geradora de amplos consensos na sociedade e suscitado, em muitos setores, debates, tendo em vista uma sã vivência democrática e o respeito pela identidade e dignidade de cada indivíduo.

Cidadania é um conceito disjuntivo, segundo Arends (2008), que ultrapassa as normas do direito nacional, europeu e internacional e radica no princípio da dignidade humana, independentemente do seu estatuto social.

Assim, debater conceitos de cidadania é mais do que falar na sua vertente jurídica à luz das normas sociais (direitos) e dos conteúdos da disciplina de educação cívica, sendo esta, segundo Freitas e Freitas (2003), apenas um capítulo da EC. Trata-se de um debate essencial nas sociedades modernas, livres e democráticas que supõe um espaço de racionalidade para abordar os temas da vida pública, no qual as experiências vividas e o exemplo do caráter têm um papel crucial (Henriques, Reis, & Loia, 2016). Um debate exigente e de elevação ética que convoca todos os cidadãos, onde a comunidade científica tem um papel capital.

A falta de significado nas aprendizagens relacionada com o exercício de uma cidadania ativa, crítica, informada e reflexiva tem implicações negativas na vida de cada indivíduo e na comunidade. Provoca um poder cívico fraco que põe em causa a qualidade da democracia e da liberdade, bem como a autonomia das pessoas e das organizações. Além disso, induz uma consciência, individual e coletiva, frágil em relação à ética dos Direitos Humanos que pode pôr em causa a sustentabilidade do processo de

desenvolvimento ambiental, social e económico (Serrão & Salema, 2012).

As implicações do (in)sucesso educativo na área da cidadania ultrapassam os períodos escolares, o tempo de vida que os alunos passam na escola. Compraz-se no ciclo completo de vida de cada cidadão, na sociedade atual, nas gerações vindouras e no desenvolvimento civilizacional dos povos. É, portanto, um problema do sistema educativo e da comunidade educativa, alunos, profissionais, escolas e universidades, famílias, organizações da comunidade, agentes políticos, ou seja, é um problema de todos. Por isso, aferir a qualidade das práticas pedagógicas e das aprendizagens na área da cidadania é aferir, também, a qualidade do sistema educativo de um país ou de uma região. Trata-se de um desafio que se coloca às escolas e, particularmente, aos docentes, mas que depende em boa medida das orientações dos responsáveis pela administração pública escolar que, no nosso caso, não é uma função exclusiva do Estado.

Embora estas preocupações estejam presentes em muitas reflexões educativas e políticas, emergem fatores novos que, não raras vezes, ultrapassam o conhecimento contemporâneo dos agentes educativos e as prescrições normativas, curriculares e programáticas, na área da Cidadania. Neste sentido, é necessário repensar os modelos de funcionamento das escolas e de formação de professores, bem como as estruturas curriculares e programáticas, de modo a viabilizar um sistema educativo de sucesso. As escolas, no plural, são diferentes entre si e devem ajustar as suas dinâmicas de funcionamento aos contextos socioculturais e económicos. Para isso, a autonomia das escolas, e não apenas a simples descentralização funcional e desconcentração territorial, é o caminho mais ajustado para a prestação de serviços diferenciados, de grande complexidade técnica e de proximidade (Formosinho, 2005).

O fenómeno da globalização introduz novas conceções de cidadania e constitui um campo de desafios e uma fonte de oportunidades para qualquer sistema de educação, particularmente para os profissionais do ensino (Monteiro, 2010; Morgado & Ferreira, 2006; Teodoro, 2006).

Os desafios são, neste tempo das tecnologias de informação e da mundialização, complexos e exigem mudanças nos modelos de funcionamento das escolas, mas também nas pedagogias que, numa lógica deweyana e freiriana, devem ser pragmáticas em relação ao processo de ensino e de aprendizagem dos alunos e críticas em relação ao ensino tradicional. Devem, também, enquadrar-se numa lógica baseada no método de projeto de Kilpatrick, cujo princípio consiste em “aprender fazendo”.

Nesta ordem de ideias, os projetos escolares são referências empíricas que se traduzem numa efetiva Educação para a Cidadania. Assim, tendo por referência as teorias de uma aprendizagem baseadas em projetos, os projetos escolares nas diferentes dimensões local, regional, nacional ou internacional são fundamentais para a concretização da EC e para a formação holística das crianças e dos jovens, para o desenvolvimento de pedagogias pragmáticas que orientem os alunos a “aprender fazendo”, experimentando através de todos os seus sentidos.

No que diz respeito à Região, o OERAM, sob a égide da DRIG, tem dinamizado, entre outros, trabalhos no sentido de estudar os fenómenos dos PE e da EC, tendo em vista uma melhor compreensão dos seus impactes no sucesso do sistema educativo.

As escolas, de uma maneira geral, têm dinamizado projetos muito ricos do ponto de vista das aprendizagens e geradores de ambientes escolares saudáveis. Projetos, consubstanciados na área da Cidadania, que perpassam quase todas as áreas do saber e destinados especialmente aos alunos e à comunidade escolar em geral. A propósito, no levantamento dos PE dinamizados nas escolas dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e ensino secundário, no ano letivo 2015/2016, existem cerca de 600 projetos, com um rácio de 41 alunos/projeto (note-se que um aluno pode participar em mais do que um projeto), envolvendo cerca de 1700 docentes nas atividades e que, por sua vez, envolvem um público-alvo abrangente, como se pode ver no Gráfico 1.

Refira-se que as famílias têm uma função essencial na estabilidade emocional das crianças e dos jovens e, conseqüentemente, no êxito da sua

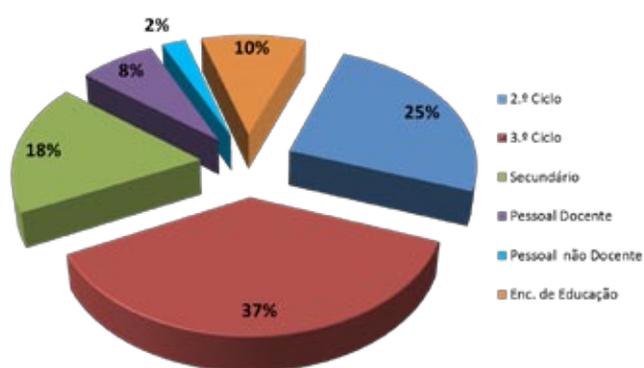


Gráfico 1 - Público-alvo dos projetos escolares

formação e realização cidadã. Sem se conhecer, ainda, a real dimensão das participações ativas dos pais e/ou encarregados de educação nos projetos escolares, atualmente existem cerca de 10% dos PE que contam com a participação ativa das famílias.

Outra vertente importante para o sucesso da EC, com a dinamização de PE, é o envolvimento de parceiros externos às escolas e da comunidade. Neste sentido, o referido estudo dá-nos uma panorâmica desse envolvimento, através do tipo de parcerias existentes relativamente aos projetos dinamizados nas escolas da Região, conforme ilustra o Gráfico 2.

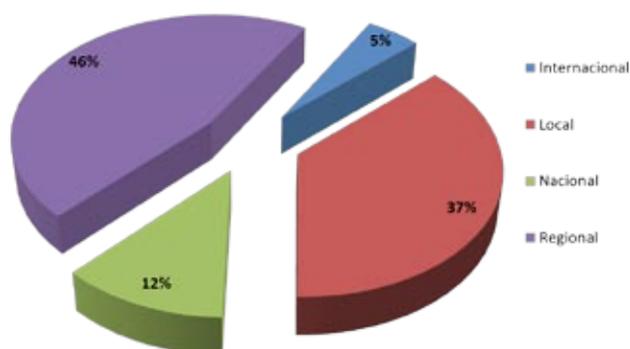


Gráfico 2 - Tipos de parcerias em projetos escolares

Educar para a cidadania e dinamizar PE corresponde a um exercício complexo e exigente que impulsiona as escolas e os seus responsáveis a novas dinâmicas. No entanto, se atendermos aos desafios já mencionados, esse exercício reclama uma redobrada reflexão sobre a natureza e o caráter inovador dos projetos, bem como sobre as metodologias adotadas para a sua conceção e execução. As exigências centram-se também nas

necessidades de revisão curricular e de formação de docentes para atualização e aprofundamento de conhecimentos e, assim, melhorar a inserção de temas sobre a EC nas práticas pedagógicas, independentemente da natureza da disciplina lecionada, como por exemplo: gestão de conflitos e paz; direitos humanos; voluntariado e solidariedade; defesa do consumidor; igualdade de género e combate à discriminação; interculturalidade e diversidade; educação para a saúde e sexualidade; sustentabilidade ambiental, social e económica; cidadania europeia e global; literacia digital e cidadania digital; entre outros.

Neste sentido, a formação contínua de docentes na área específica da cidadania é essencial para dar respostas adequadas aos problemas existentes, aos desafios e às oportunidades emergentes de um novo paradigma de cidadania, decorrente do fenómeno da globalização e da sociedade de informação.

Portanto, compete ao sistema educativo e, particularmente, às escolas e aos agentes educativos preparar cidadãos críticos informados para uma cidadania ativa global, cujos perigos e desafios se renovam ante o desenvolvimento de acontecimentos à escala planetária de contornos imprevisíveis.

Educar para a cidadania global é educar para a aquisição de conhecimentos, competências, atitudes e valores, para lidar com a complexa agenda global da sustentabilidade ambiental, económica e social, promovendo a compreensão cosmopolita de concidadãos numa comunidade interconectada. Para promover a compreensão da cidadania em múltiplos e diferentes níveis, como por exemplo a cidadania nacional, europeia, global, ambiental e digital. Para combater os problemas sociais da diversidade cultural e da exclusão, incentivando a compreensão de valores e a ação cívica para com as injustiças e as crescentes desigualdades no cenário mundial. É educar para a literacia política e a compreensão das mudanças recentes dos modelos de governação na União Europeia e no mundo que ameaçam dimensões de cidadania já conquistadas, algumas com muitas vítimas e sacrifício. É educar para compreender e combater os problemas económicos e financeiros, bem como as fragilidades das entidades reguladoras de

um modelo de competitividade económica global que tende a concentrar a riqueza e a agigantar as desigualdades, que tende a olhar para as pessoas como meros recursos económicos e a desconsiderar o princípio democrático da dignidade humana.

Referências bibliográficas

- Arends, R. I. (2008). *Aprender a ensinar*. Lousã-Portugal: McGraw-Hill.
- Carvalho, C., Sousa, F., & Pintassilgo, J. (2005). *A educação para a cidadania: Como dimensão transversal do currículo escolar*. Porto: Porto Editora.
- Despacho n.º 332/2015, de 9 de julho - Procede ao reajustamento do regime que fixa o crédito horário a atribuir às escolas dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e ensino secundário, reforçando a autonomia das escolas por forma a possibilitar a implementação de projetos próprios que ponham em prática estratégias de combate ao abandono escolar e à promoção do sucesso escolar, que valorizem as boas experiências e promovam práticas colaborativas, tendo em conta os recursos humanos e materiais de que as escolas dispõem.
- Formosinho, J. (2005). Centralização e descentralização na administração da escola de interesse público. In J. Formosinho, A. S. Fernandes, J. Machado, & F.I. Ferreira (Eds.), *Administração da educação - Lógicas burocráticas e lógicas de mediação* (pp. 1-13). Porto: Edições ASA.
- Freitas, V. L., & Freitas, V., C. (2003). *Aprendizagem cooperativa*. Porto: ASA Editores, S.A.
- Henrique, M., Reis, J., & Loia, I. (2016). *Educação para a cidadania: Saber & Inovar*. Lisboa: Plátano Editora.
- Monteiro, A. R. (2010). *Auto-regulação da profissão docente: Para cuidar do seu valor e dos seus valores*. Lisboa: Associação Nacional de Professores.
- Morgado, C. J., & Ferreira, B. J. (2006). Globalização e autonomia: Desafios, compromissos e incongruências. In A. Moreira, & J. Pacheco (Eds.), *Globalização e educação: Desafios para políticas e práticas* (pp. 61-86). Porto: Porto Editora.
- Serrão, F., J., & Salema, M. H. (2012). A escola e a cidadania global. In S. Gonçalves, & F. Sousa (Eds.), *Escola e comunidade: Laboratórios de cidadania global* (pp. 109-124). Lisboa: Universidade de Lisboa/ Instituto de Educação. (ISBN 978-989-96999-9-1).
- Teodoro, A. (2006). *Professores para quê? Mudanças e desafios na profissão docente*. Porto: Profedições, Lda.

¹Correio eletrónico: jacinto.freitas@gmail.com

